



ATA N.º 4/2016

DA 2.ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE ABRIL DE 2016
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 2 DE MAIO DE 2016

-----No dia 2 de maio de 2016, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se os Membros da Assembleia Municipal de Lagos para continuação da Sessão Ordinária de abril de 2016 da mesma Assembleia, cuja 1.ª Reunião se tinha realizado no passado dia 27 de abril de 2016 e de que faltam tratar os seguintes pontos da **ORDEM DO DIA**:

- PONTO 2 - *Informação escrita da Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade do Município;*
- PONTO 3 - *Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão do ano 2015 do Município de Lagos;*
- PONTO 4 - *Apreciação e votação da assunção de compromisso plurianual referente à aquisição de serviços de limpeza e manutenção de zonas balneares na área do Município de Lagos;*
- PONTO 5 - *Apreciação e votação da assunção de compromisso plurianual referente à aquisição de serviços de manutenção de espaços verdes urbanos na área do Município de Lagos;*
- PONTO 6 - *Apreciação do Relatório de avaliação do cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição no ano de 2015;*
- PONTO 7 - *Moção de Censura apresentada pelo Grupo Municipal LCF.*

-----**ABERTURA DA REUNIÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Reunião, quando eram 20 horas e 45 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
PS	António Marreiros Gonçalves
PS	Carlos Manuel Martins da Saúde Fernandes (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos)
PS	Carlos Manuel Pereira Fonseca (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafirim e Barão de S. João)
PS	Eduardo Manuel de Sousa Andrade
PS	João Luís da Silva Gomes
PS	Márcio Filipe dos Santos Viegas



Fl. 45v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

PS	Maria Paula Dias da Silva Couto
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente)
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo
PS	Vítor Manuel Morais Mata (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PSD	Adélia Maria de Almeida Rodrigues Fuzeta
PSD	Fernando Manuel Cristino Marreiro
PSD	Fernando Ramos Bernardo (1.º Secretário)
PSD	José Valentim Rosado
PSD	Rui Filipe Machado de Araújo
LCF	Ana Margarida P. A. Bento e Barros Martins (2.ª Secretária)
LCF	Carlos Francisco Graça da Glória
CDU	Ana Paula Pereira Viana
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
CDU	Maria Brites Quintino da Silva Nunes Dias Alcobia
TSL	José Alberto Baptista
BE	José Manuel Maia dos Santos

-----**SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença	1 dia	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato	1 dia	Márcio Filipe dos Santos Viegas
PS	João Henrique Pereira	1 dia	José Luís Quental Mota Vieira
CDU	Celso Jorge Pereira da Luz Alves Costa	1 dia	Maria Brites Quintino da Silva Nunes Dias Alcobia

-----**ENTRARAM JÁ NO DECURSO DA REUNIÃO**, nos momentos indicados nesta Ata, os seguintes Membros:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO
PS	José Luís Quental Mota Vieira
LCF	Jorge Manuel Fernandes Ferreira



-----MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Maria Joaquina Baptista Quintans Matos - Presidente
PS	Hugo Miguel M. Henrique Pereira - Vice-Presidente
PS	Sara Maria Horta Nogueira Coelho - Vereadora
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim - Vereador
LCF	Sandra Maria Almada de Oliveira - Vereadora

-----FALTARAM A ESTA REUNIÃO OS MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL, a seguir indicados:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis - Vereador
CDU	Maria Luísa Miranda Matos Cardoso Teixeira - Vereadora

-----PERÍODO DAS INTERVENÇÕES DO PÚBLICO: O Sr. Nautilio Lourenço, fez a seguinte intervenção: “Já passou um ano, e a Câmara Municipal não deu qualquer resposta a esta Assembleia, sobre a minha intervenção em 27/04/2015. A Sra. Presidente da Câmara Municipal em 2 anos não teve tempo de me receber, a fim de me esclarecer porque a Câmara Municipal intervém, num conflito entre particulares. Assunto: Como o alvará de utilização n.º 120/99 (processo de legalização referente a obra clandestina realizada no Bairro da Abrótea) impede a Câmara Municipal de enquadrar a construção de um muro, (com a finalidade de me tapar uma porta e uma janela), proc. 106/2012, em obra de escassa relevância urbanística, e por isso isenta de controlo prévio. Então a Câmara Municipal para justificar, a construção do referido muro em obra de escassa relevância urbanística, fundamenta-se, apenas e somente numa pequena gafe contida no projeto de alteração e ampliação aprovado em 3 de setembro de 1970 (proc. 151/71), para enquadrar a construção do referido muro em obra de escassa relevância urbanística, e por isso isenta de controlo prévio. Essa pequena gafe utilizada pela Câmara Municipal, implica, que parte da minha casa e do meu quintal, seja pertença da minha vizinha, e até permitiu que parte do referido muro, fosse construído debaixo da minha casa. Como estou em completa discordância com a Câmara Municipal, na interpretação dessa referida gafe, e como quero a reintegração na plenitude, o meu direito de propriedade, assim também quero utilizar o referido projeto (proc. 151/71), para me defender das decisões tomadas pela Câmara Municipal, que apenas servem os interesses da minha vizinha. Em 3 de dezembro de 2013 fiz um pedido à Câmara Municipal para que o projeto do proc. 151/71, fosse construído de acordo com o projeto, aprovado em 3 de setembro de 1970, já que não há nenhum projeto de alteração ao referido projeto. Como até á presente data não me foi dada qualquer resposta sobre o referido pedido. Peço a esta Assembleia, a sua intervenção neste processo já que está em causa, terreno do Domínio Público Municipal, o qual confronta a nascente com



Fl. 46v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

terreno desafetado do Domínio Público Municipal, autorizado por deliberação desta Assembleia em 30 de abril de 2012. Agradecia uma resposta desta Assembleia Municipal por escrito.”-----

-----**PONTO 2 - INFORMAÇÃO ESCRITA DA PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-574-10.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, fez a respetiva introdução ao assunto.-----

-----O Sr. Fernando Marreiro (PSD) fez a seguinte intervenção: “A senhora Presidente da Câmara na sua informação a esta Assembleia faz uma ligeira referência à renúncia do mandato da senhora Vereadora Maria Fernanda Carvalho Afonso. Sendo certo que se trata de uma decisão do foro pessoal, não deixa, mesmo assim, de ser encarada como de incontornável interesse público municipal. Justamente por isso, decidimos pedir cópia da carta enviada pela demissionária à Assembleia Municipal cujo conteúdo extraímos sinais e mensagens claras de inquietação e desencanto relativas ao desvirtuamento do projeto político, ou ausência deste, para o desenvolvimento cultural, económico e social do município, que era suposto o executivo municipal, de maioria absoluta socialista, promover e realizar. Queremos referir, a propósito, que a Dra. Maria Fernanda Pires de Miranda Carvalho Afonso exerceu, em tempo, funções superiores de dirigente municipal, noutra contexto e noutras circunstâncias políticas, com entusiasmo, total empenhamento, isenção, zelo e lealdade, cumprindo com rigor os exigentes objetivos, previamente definidos, ao serviço do interesse geral municipal e do bem comum. Acresce dizer que, apesar das eventuais divergências partidárias, democraticamente saudáveis, que nos separam, entendemos justo e merecido manifestar, neste órgão, o apreço pessoal, o respeito político pelo desprendimento dos lugares e reconhecimento pelo trabalho competente desenvolvido, pela vereadora demissionária, ao serviço do Município, no exercício das funções autárquicas, a quem expressamos as maiores felicidades presentes e futuras. Uma palavra final, mas esta dirigida às duas Vereadoras recém-empossadas as quais saudamos e desejamos bom trabalho no desempenho das tarefas municipais.” Complementou a sua intervenção solicitando informações sobre o projeto da Corte do Bispo, comentando a contratação, por avença de um Técnico Superior para o desenvolvimento de um projeto de empreendedorismo. Felicitou a Câmara Municipal por ter estado representada na Conferência sobre Riscos Urbanos e por ter começado a medir o fluxo luminoso das artérias.-----

-----A Sra. Ana Paula Viana (CDU) referiu que a obra que estava a ser realizada junto à rotunda do Continente, relacionada com uma conduta de abastecimento de água, estava a causar transtornos a quem utiliza ou passa pelo local.-----

-----**ENTRADA DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entrou na sala o seguinte Membro da Assembleia Municipal:



GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	HORA
PS	José Luís Quental Mota Vieira	21.01

-----O Sr. Duarte Rio (PS) (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João) interveio no sentido de mostrar a sua indignação pelo facto de no passado dia 29 de abril de 2016, após convocada, devidamente, a Sessão Ordinária de abril de 2016 da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João, a mesma não se ter realizado por falta de quórum, ou seja, todos os Membros da Assembleia de Freguesia que não eleitos pelo OS não compareceram à mesma, não tendo justificado a sua ausência.----

-----**ENTRADA DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entrou na sala o seguinte Membro da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	HORA
PS	Jorge Manuel Fernandes Ferreira	21.03

-----O Sr. Carlos Glória (LCF) começou por dizer que os valores relacionados com os gastos da Câmara Municipal, comparados com igual período do ano anterior, aumentaram em cerca de 513 mil euros. Disse ser da opinião de que os valores gastos no Mercado dos Escravos para equipamento, cerca de 150 mil euros, é elevado. Referiu que os valores referentes às perdas de água, continuam a subir, o que acarreta um aumento de custos para o Município. Regozijou-se com o facto do número de visitantes ao Museu Municipal, ter aumentado. Solicitou esclarecimento e ponto de situação, relativamente a venda ambulante praticada na Avenida dos Descobrimentos. Terminou perguntando qual o futuro da obra que estava a ser executada na rua por detrás do cinema.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) fez a seguinte intervenção: “A TSL começa por fazer uma referência à inesquecível reunião de 27 de Abril da AM, bem como aos responsáveis da Freguesia da Luz, em que a intervenção do Sr. Presidente Vítor Mata foi um gesto de fidelidade ao serviço de proximidade praticado pela sua Freguesia. Dessa reunião, a TSL não pode, porém, deixar de esclarecer a sua posição tomada durante o PAOD, nem deixar de retomar a sugestão de proposta sobre as finanças das freguesias, apresentada durante o ponto dos assuntos de interesse da Freguesia da Luz. Pelo esclarecimento, TSL reconhece, depois de interpretar a posição maioritária da AM sobre a votação de Saudações, não poder continuar a manter a sua posição sobre a leitura que faz em relação à competência de “apreciar e votar ... saudações ...”, durante o PAOD. Assim, aceitando que Saudações possam ser tratadas como “assuntos gerais de interesse autárquico” (artigo 52.º da Lei 75/2013), e sabendo que, segundo a Lei, as votações do Período de Antes do Dia (PAOD) não têm valor deliberativo, a TSL irá participar no debate e na votação de Saudações postas à votação pela Mesa da AM, desde que o proponente, como manda o Regimento, utilize o verbo “votar””. Sobre a sua sugestão de proposta em



Fl. 47v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

umentar de 0,5% os orçamentos das Freguesias, através de uma “transferência de solidariedade” do orçamento municipal, a TSL relata hoje as suas dúvidas sobre a resposta dada pelo Sr. Vice-presidente. Queremos dizer ao sr. Vice-presidente, com estima e respeito, que a TSL continuará a trabalhar, seja sobre a interpretação da lei, seja sobre o pensar dos srs. Presidentes da Junta, de modo a poder fundamentar, em Setembro, uma proposta sobre a matéria; matéria que reputa de enorme importância para reforçar o papel de proximidade aos cidadãos que as Freguesias praticam. A leitura do Relatório e Contas de 2015 veio reforçar ainda mais a intenção da TSL em repartir, solidariamente com as Freguesias, a boa performance financeira da CM. A TSL aproveita para agradecer o envio do orçamento da Junta de Freguesia de Odiáxere. Logo que possível, a TSL iniciará contactos com os Srs. Presidentes da Junta para conhecer os constrangimentos políticos, legais, administrativos e financeiros que envolvem a sua sugestão de proposta. Depois destes pontos introdutórios, chegou o momento, Sra. Presidente, de falarmos do seu texto informativo. Durante a sua leitura, lembrámo-nos de um acontecimento histórico que, de certa maneira e guardadas as devidas diferenças, poderá explicar a orientação da nossa intervenção. Chegado aos últimos dias da vida, um grande líder religioso decidiu fazer a sua “peregrinação de adeus”. Concluída esta, reuniu os mais próximos companheiros e, em jeito de despedida, anunciou-lhes: “a revelação está terminada”. Seguiram-se momentos de silêncio. Depois, um companheiro entra em choro convulsivo. Perante tal choro, um outro companheiro interrogou-o: porque choras assim? Contidas as lágrimas, e já em tom lúcido, o companheiro respondeu-lhe: “se a obra da revelação esta acabada, começa agora a sua decadência”. Sra. Presidente. Desde os primeiros dias da nossa presença na AM, cuidamos de solicitar à Sra. Presidente que enviasse à AM um texto, não só burocrático e administrativamente correto, mas, e sobretudo, com forte conteúdo político e autarquicamente motivador. Se a primeira solicitação foi em parte conseguida, já a segunda continua a não ter muito eco nas suas opções. Por isso, a informação de hoje da Sra. Presidente, dada a sua rotina, parece-nos vir rotulado de “a informação está terminada”. A TSL não irá, porém, clamar, Sra. Presidente, porque acredita que, se o formato da informação da Sra. Presidente está fixado, continua, em Lagos, na corrente dos dias de Abril, o apelo de uma democracia local inacabada. Como o Relatório e a Prestação de Contas o vem confirmar, e muito bem, como diremos no ponto seguinte da reunião. E porque acreditamos que este é um tempo também inacabado do poder democrático municipal, a TSL sabe que continua a valer a pena lutar e a confiar nele. Porque, lendo Frederico Mayor, não podemos deixar de concordar que: “Adotar uma forma democrática de governo é tão-somente o início de uma longa aventura, pois, é apenas quando já está assente que a sua fragilidade se torna visível”. E porque a informação da Sra. Presidente, seja formal, seja materialmente, já está assente, eis o momento de avisarmos as suas fragilidades. E, assim, continuemos a nossa intervenção. Na análise da última informação da Sra. Presidente, em Fevereiro, a TSL escolheu como tema orientador o índice de transparência municipal: o ITM. Procurámos, por isso, uma linha ou um parágrafo do texto da Sra. Presidente com a preocupação do que a TSL tinha referido. Nada



encontrando, para a TSL foi a confissão do que o que aqui dizemos ainda não faz parte das revelações da CM; o que também confirma a paciência angelical com que a CM olha para a AM. Mas, se tal é assim para a CM, para nós não deixa de ser cada vez mais uma verdade saboreada a afirmação do Relatório do ITM: “o conceito de boa governação está intimamente ligado ao conceito de transparência na informação”. Mas, não é sobre o ITM que a TSL quer voltar a falar. Hoje vai falar da informação que deveria ser “sobre a atividade municipal”. Ora, para podermos seguros entrar por esse caminho, há que limpar alguns trilhos sobre a modo e o tempo que balizam a informação municipal. Foi a Lei 169/99 que impôs ao Presidente da Câmara a obrigatoriedade de “responder, no prazo máximo de 15 dias, prorrogável por igual período, desde que fundamentado, aos pedidos de informação veiculados pela mesa da assembleia municipal” (artigo 68.º). Mais sensato e realista foi o legislador da Lei 75/2013, quando revogou a norma acima e a substituiu impondo à Sra. Presidente da CM “responder, em tempo útil e de modo a permitir a sua apreciação na sessão seguinte da assembleia municipal, aos pedidos de informação apresentados por esta” (artigo 35.º). Chegamos aqui, Sr. Presidente, a TSL irá fazer uma abordagem, não à luz de um texto fechado, mas de uma informação inacabada, utilizando para o efeito os cinco pedidos feitos pela TSL à Câmara Municipal, durante a sessão de Fevereiro e remetidos em 3 de Março para a CM. Os pedidos foram feitos de modo e em tempo útil, para poderem ser respondidos nesta sessão da AM. Cuidamos então em dizer que a TSL, enquanto Grupo Municipal, não ia colher os tempos de resposta da CM ao CPA, mas, tão só aonde as Leis autárquicas o concedem; a TSL mantém fidelidade ao processo político, estendendo esta fidelidade ética para além do judicial, do burocrático, do administrativo. Porque não houve resposta da CM, nem do texto da Sra. Presidente, aos nossos pedidos, e como os reputamos de interesse municipal e político, iremos circunscrever a estes silêncios a nossa análise da informação municipal. Vamos lembrá-los, mas, simultaneamente, confrontá-los com informações, diretas, ou omissas, que se encontram, ou não, no texto da Sra. Presidente, ou no da Prestação de Contas. E recorreremos aos documentos da Prestação de Contas, uma vez que aí a nossa opinião tem uma visão diferente daquela com que leu o texto da Sra. Presidente. Recordemos, pois, os cinco pedidos da TSL. Plano Estratégico de Lagos (PEL). Perguntámos: Situação atual: arquivamento ou ainda base de trabalho? Sobre este assunto, nem uma palavra no texto da Sra. Presidente, nem em qualquer outro documento recente da CM. Reestruturação do PAF / PAEL e adequação à atual situação financeira do Município: qual é a situação? Perguntámos. Para obtermos alguma informação recente, tivemos que recorrer aos Anexos da Prestação de Contas, de onde retirámos os seguintes dados sobre as metas impostas pelo PAEL/PAF: A receita do IMI ultrapassou a meta prevista; O IMT superou largamente as previsões; Os impostos indiretos ultrapassaram a previsão; A execução da receita total foi de 111%, o que ultrapassou também largamente a previsão; O saldo (receita – despesa) foi positivo de 2 858 mil euros. E contudo, a Sra. Presidente não informou o nosso pedido, continuando assim a TSL a desconhecer se, como e quando será reestruturado o PAF/PAEL. Mesmo quando os resultados superam as



Fl. 48v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

exigências das metas acordadas. E mesmo se o documento de Prestação de Contas nos informe que houve uma amortização do PAEL no valor de 656 mil euros. Falta de um interlocutor independente e autónomo para audição dos cidadãos: qual a posição da CM sobre a instalação de um Provedor do Município? Perguntámos. Esta pergunta não é uma inovação da TSL. Buscámos alguns arquivos dos diversos programas eleitorais, antigos e atuais. De entre eles, escolhemos o seguinte: Assim, escrevia o PS a 9 Junho 2008, em PS, Lagos pela Positiva. “A par da nova reestruturação orgânica, dos novos horários, do funcionamento dos serviços em rede e da implementação de sistemas de gestão pela qualidade em áreas definidas, será também criado o Provedor do Município, um compromisso do PS/Lagos com os lacobrigenses”. Afinal, ainda continua a ser este um compromisso do PS/Lagos com os lacobrigenses, ou, é um dos pertences que não fez parte da relação e do inventário de bens da anterior gestão do PS? “Entende a CM que é um imperativo político ainda durante este mandato o envio para a AM de todos Regulamentos Municipais, os já aprovados e os que necessitam de revisão legal?” Perguntámos. A TSL tem-se preocupado com a situação dos Regulamentos Municipais, área em que a competência da AM fica submersa, logo que os mesmos saiam da sua esfera de aprovação. O que alivia os executivos municipais de mais um diálogo com a AM. Nem as alterações substantivas introduzidas pelo novo CPA demoveram a CM dessa inanidade, por mais que a TSL falasse sobre o assunto. Nem a própria área da Formação da CM, seja na Informação da Sra. Presidente, seja na Prestação de Contas, se tem debruçado especificamente sobre esta matéria, mesmo tendo havido várias formações sobre o CPA. A TSL soube que decorreu, recentemente, um seminário externo sobre os Regulamento Municipais e questionou a CM, através da Mesa da AM, se haveria elementos da CM inscritos, sugerindo mesmo que pudesse ser inscrito um elemento do apoio à AM. Seguindo os costumes, a resposta não veio. Este silêncio do Executivo sobre os Regulamentos Municipais pode ter um significado para a TSL: ou o executivo entende que é matéria de menos importância e o que está feito está bem feito, ou o corpo burocrático não está interessado em ceder numa área consolidada do seu poder administrativo. “Sobre a ausência conjugada de uma estratégia económica que envolva os interessados, a regulamentação pública e as taxas municipais, pergunta-se: para quando a constituição da “Conselho Municipal de Economia e de Desenvolvimento Local” que a TSL tem diversas vezes solicitado à CM?” Perguntámos. Esta é matéria de capital importância para o desenvolvimento económico do Município; como já anteriormente dissemos, a vitalidade económica do concelho não aparece nas prioridades da gestão municipal. O que parece ser contraditório com o conteúdo dos documentos analisados, recentemente, na 1.ª Comissão Especializada da AM; ali, foi objeto de análise, não só um contrato de prestação de serviços para a área económica, mas também uma anterior Proposta de Projeto – Via verde empresarial. Nesta contradição, a TSL gostaria de saber: Que descaminho levou o projeto de formação do “Conselho/Comissão Municipal de Economia e de Desenvolvimento Local”, cujo rascunho de Regulamento foi, há longos meses, dado conhecimento à TSL? A TSL não pode concluir a sua análise sobre os silêncios do texto da Sra.



Presidente perante os seus pedidos sem declarar que irá solicitar que estes pedidos constem da ordem do dia da próxima sessão ordinária da AM. Antes de concluir a sua intervenção, a TSL saúda a Sra. Vereadora Sara Coelho, desejando-lhe toda a felicidade política e pessoal do mundo. Seja bem-vinda também a esta casa da AM. Mas, neste momento, a TSL não pode também de lembrar e saudar, com respeito e admiração, a Sra. Dra. Fernanda Afonso e o seu emérito serviço às causas culturais, sociais e habitacionais do Município, enquanto vereadora da CM. A sua saída do executivo é sentida pela TSL como uma perda política importante, não só para o PS, como para o Município. Não sendo competência da AM imiscuir-se na vida interna do executivo, seria de salutar reconhecimento democrático que a informação da Sra. Presidente lhe tivesse dedicado mais que breves linhas de circunstância, no final da sua introdução. Da parte da TSL, aqui fica o registo e o louvor a que fez, e continuará a fazer, jus, perante a TSL e perante o povo de Lagos. Dado que, por razões familiarmente ponderosas, não pudemos estar presentes nas cerimónias festivas do 25 de Abril, a TSL termina a sua intervenção, lembrando que Abril é uma democracia inacabada e que, por isso, cabe a nós membros da AM, colaborar no seu crescimento contínuo. Abril é sempre o início de uma aventura democrática; por isso, não é, nem será, uma memória passivamente aceite ou vivida aquela que a TSL aqui traz. Viva, pois, Abril e que Abril continue a ser o farol de uma democracia local que exija cada vez mais ser eticamente assumida, politicamente ousada, localmente prestigiada.”-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) relativamente ao equilíbrio das contas da autarquia, disse que a elevada carga fiscal municipal existente é que suporta os bons resultados da Câmara Municipal, a nível da gestão financeira. Disse ser da opinião de se verificarem condições para que a Câmara Municipal baixe as taxas municipais. Referiu continuar a verificar na Informação da Sra. Presidente da Câmara Municipal, tendência para elogiar o Governo da Nação. Sobre as Cidades Inteligentes, disse que a referência a tal, na Informação começa com a frase “A inteligência é uma qualidade humana”, pelo que não é das cidades, pelo que o que tem que ser feito é utilizar a inteligência humana para humanizar mais as cidades, torna-las com mais qualidade de vida. Disse que todos os trabalhos desenvolvidos no âmbito da cultura, como a rota da escravatura, têm que ser envolvidos e transformados num guia turístico do Concelho, que não existe e tem todo interesse em existir para servir todos os que visitam, ou pretendam visitar, o Concelho. Relativamente às perdas de água, disse que qualquer perda é relevante, pelo que perdas na ordem dos 40% é ainda mais preocupante, sendo que isso é reputado nas contas do Município. Disse que uma medida que pode contribuir para que as perdas de água diminuam o ideal é sempre que sejam mexidas as ruas, sejam substituídas as infraestruturas das águas e dos esgotos. Relativamente à criação de um Gabinete Estratégico, perguntou qual o objetivo da criação do mesmo e se exista alguma relação com o PEL, com o PDM. Solicitou informação sobre o processo judicial do Município de Lagos com a Habitamega, empresa que construiu a Escola Tecnopolis.-----

-----O Sr. José Santos (BE) disse que a Câmara Municipal tinha-se comprometido a apresentar relatório sobre a venda ambulante da Avenida dos Descobrimentos, mas



Fl. 49v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

até à presente data ninguém tinha conhecimento do mesmos, ou mesmo se o dito tinha sido elaborado, pelo que solicitou informações sobre o assunto.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) perguntou para quando a resposta aos Requerimentos elaborados pelo Grupo Municipal LCF.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, relativamente à renúncia da Sra. Vereadora Maria Fernanda Afonso, disse que a mesma exerceu um direito de qualquer eleito local. Relativamente à contratação, por avença, de um técnico superior, disse que há um grande incentivo na valorização do empreendedorismo local, estando esta ação interligada com a apresentação de candidaturas a fundos comunitários. Acrescentou que neste âmbito está já a ser desenvolvido trabalho no sentido de ser criado o Conselho Económico e Social. Sobre a questão relacionada com o acesso à cidade pela zona junto ao Continente, disse que o condicionamento verificado se devia a uma rotura inesperada numa das condutas principais de abastecimento de água à cidade, sendo que o arranjo da mesma não é tão célere como o desejado. Disse que tinha sido adjudicado o projeto para a requalificação da estrada da Praia da Luz, sendo esta intervenção muito importante. Sobre o Mercado dos Escravo, disse tratar-se um museu moderno, com muitas tecnologias. Em relação ao arranjo da rua por detrás do cinema, disse que a intenção é que a mesma seja intervencionada, conjuntamente com uma série de artérias na zona. Disse que a Informação é um documento que tem vindo a ser melhorado desde o início do Mandato, tendo os contributos dados pelos Membros da Assembleia Municipal, sido tomados em consideração. Sobre os Requerimentos da Assembleia à Câmara Municipal, disse que os mesmos depois de chegarem à Presidente da Câmara Municipal, são remetidos para os Serviços, pelo que iria averiguar a situação da falta de resposta a alguns. Sobre a venda ambulante da Avenida dos Descobrimentos, disse que os Serviços da Câmara Municipal estão a fazer uma avaliação.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, relativamente ao aumento das despesas, disse que o mesmo deve-se a uma série de investimentos que foram feitos e que há muito eram necessários, mas que a situação financeira não permitia. Sobre a situação do PAEL e do PAF disse que são planos que estão a ser avaliados, mas os mesmos estão ainda dependentes das situações relacionadas com as empresas municipais. Disse que a recuperação financeira da autarquia deve-se, em grande parte, à retoma do motor da economia lacobrigense, que é o mercado imobiliário e não aos impostos municipais, uma vez que as taxas referentes aos mesmos se mantiveram.-----

-----**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Neste momento, eram 22 horas e 12 minutos, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Reunião para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 22 horas e 30 minutos.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) disse que o documento apresentado pela Sra. Presidente da Câmara Municipal, como Informação à Assembleia Municipal, em termos administrativos e em termos de informação, está quase perfeito, no entanto, na sua opinião, falta carga política ao documento, principalmente no que à relação



Câmara Municipal/Assembleia Municipal, diz respeito. Referiu nada ter contra as
avenças na área económica, apenas é da opinião de que o Conselho Económico deve
ser criado no sentido de debater e resolver os problemas económicos.-----

-----O Sr. José Santos (BE) solicitou informação sobre o ponto de situação dos
projetos provenientes do Orçamento Participativo.-----

-----O Sr. José Valentim (PSD) disse que todos os autarcas, independentemente da
sua preferência política, querem sempre o melhor para as suas terras e por isso se
submetem ao sufrágio do povo; existem divergências, mas essas divergências são no
caminho, porque os objetivos finais apontam no mesmo sentido. Disse que a
Escravidão, foi um dos períodos mais negros da história de Portugal, pelo que lhe
custa ver um espaço museológico, em Lagos, dedicado a um período da história, que
não está bem claro, no entanto trata-se de uma opinião pessoal. Relativamente à
recuperação das receitas municipais e à intervenção do Sr. Vice-Presidente da
Câmara Municipal, sobre o assunto, disse que o atual Executivo Municipal, tem
pouco mérito na arrecadação de receita, uma vez que não tem conhecimento de
nenhuma iniciativa de alcance de modo estrutural que possibilite e justifique esse
aumento de receitas, a não ser o aumento de impostos e a riqueza que a própria
cidade vai gerando pela sua beleza natural, que alguns conseguiram sustentar e
preservar. Informou que a cabeça da “santa” que estava no painel do Cutileiro, na
Praça do Infante, tinha desaparecido. Sobre os arranjos das ruas da cidade, disse que
há que refletir sobre que futuro desejado para as mesmas, se são para ser ruas com
alcatrão ou se é para ser expandida a área pedonal, ou seja, um centro histórico com
transito automóvel limitado, ou não. Referiu que os milhões de turistas que visitam a
Ponta da Piedade, deviam ter uma atração para se manterem mais tempo no local,
mas isso não se verifica. Disse que há necessidade de refletir sobre o futuro do Poder
Local. Perguntou o porquê de estarem dois pilares da Ponte D. Maria, depois de
sofrer a grande obra de requalificação, continua com dois pelares escorados.
Terminou solicitando o ponto da situação relativamente ao protocolo assinado entre
a Câmara Municipal e a Sonae.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) relativamente ao conteúdo da Informação da
Sra. Presidente da Câmara à Assembleia Municipal, solicitou a manutenção dos
mapas relacionados com a água, que, entretanto, deixaram de constar na Informação.
Disse que devia ser retificado o período referido na Informação, uma vez que a
mesma diz que o documento se refere aos meses de fevereiro e março, mas o
conteúdo faz referência a muitas situações passadas em abril.-----

-----A Sra. Paula Couto (PS) congratulou-se com a Rota do Petisco. Relativamente à
questão abordada pelo Sr. José Valentim, sobre a Ponte D. Maria, disse que a
explicação para a situação tinha já sido dada pela Câmara Municipal numa reunião da
Assembleia Municipal, onde o Sr. José Valentim não tinha marcado presença.-----

-----O Sr. Fernando Mareiros (PSD) disse ter ficado admirado com a intervenção do
Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão
de S. João, uma vez que o assunto mencionado é do foro da Assembleia de
Freguesia.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) disse que o que foi narrado pelo Sr.



Fl. 50v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João, não podia ser esquecido. Voltou a questionar-se sobre qual o papel dos Presidentes das Juntas de Freguesia na Assembleia Municipal, tendo terminado dizendo que o relatado é matéria grave.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que os projetos relacionados com o Orçamento Participativo, estão a evoluir. Sobre o Museu da Escravatura, disse que a história se impõe e calhou a Lagos honrar a memória dos mesmos. Disse não ter conhecimento da informação dada sobre a cabeça da “santa”. Sobre o Centro Histórico disse que está a ser elaborado um Plano de Mobilidade, que será discutido no futuro. Relativamente às intervenções que estão a ser efetuadas, disse que a preocupação é tratar do pavimento e em simultâneo das infraestruturas. Referindo-se à Ponta da Piedade disse que em tempos um Ministro do Governo PSD, na altura, tinha feito, no local, uma apresentação de um grande Projeto de Requalificação da Ponta da Piedade, mas o mesmo não avançou, esperando-se que o mesmo seja retomado como novo Quadro Comunitário de Apoio. Sobre a Ponte D. Maria disse que as obras realizadas já tinham sido pagas, sendo que o que está devidamente acautelado são dois arcos da velha ponte, que vão ser restaurados, mas que nada têm a ver com os pilares ou com a segurança da ponte. Relativamente ao protocolo com a Sonae, disse que um problema de saúde, por parte do Eng. Belmiro de Azevedo, o mesmo ainda não tinha avançado, conforme previsto.-----

-----O Sr. José Valentim (PSD) disse que pelo que percebeu, relativamente à ponte D. Maria, enquanto os arcos não forem recuperados, o escoramento que está no local é para se manter, no entanto espera que não aconteça a mesma situação verificada com o Projeto da Ponta da Piedade.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que “não se apresenta projeto sem se ter certezas”, é um dos lemas da Câmara Municipal. Pelo que informou que o projeto está a ser feito e terá início em breve. Referindo-se aos turistas que passam por Lagos, disse que os mesmos vão ter, com o tempo, mais equipamentos visitáveis, fazendo com isso que os mesmos se retenham mais tempo em Lagos.-----

-----O Sr. José Valentim (PSD) disse não duvidar das palavras da Sra. Presidente da Câmara Municipal, e esperar que os projetos anunciados se concretizem, para o bem de todos, mas que não sejam como o projeto da Fonte Cibernética, que o PS se deveria envergonhar.-----

-----PONTO 3 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO 2015 DO MUNICÍPIO DE LAGOS:

Foi dispensada a leitura da documentação para este Ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e aos Membros da Assembleia Municipal que a requereram nos termos regimentais, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-574-13.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, fez a respetiva introdução do assunto.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) fez a seguinte intervenção: “No fim da nossa



intervenção sobre a informação da Sra. Presidente, confiámos: “Abril é sempre o início de uma aventura democrática; por isso, não é, nem será, uma memória passivamente aceite ou vivida aquela que a TSL aqui lembra”. Acabada a leitura do texto da Prestação de Contas, a reação da TSL foi diferente da que sentiu no texto da informação municipal. Distinguidas as circunstâncias e os efeitos, a TSL confirmou que a atual gestão, se tem fragilidades profundas em áreas como o diálogo democrático e as relações com a AM, tem outras que superam largamente as críticas, como é o caso da gestão financeira e administrativa da CM, de que o Relatório de Gestão e a Prestação de Contas de 2015 é um exemplo forte. Seria fastidioso e demasiado longo fazer um comentário sério e profundo sobre o texto apresentado. A sua leitura demorou muito tempo e foi feita com sabor a mar. Por isso, a TSL vai, em jeito de um pequeno olho de falcão, vai referir algumas das evidências fortes destes documentos. 1. Começamos pela certificação legal de contas. Em Reservas, levanta o ROC a situação dos 24 milhões de euros das duas PPPs ainda existentes em 2015. Já em Enfãse, o ROC refere as amortizações e os pagamentos de dívida feitos pela primeira vez em 2015. 2. Relatório de Gestão do ano económico de 2015: A Introdução e Ação do Executivo seria um bom texto para a informação municipal da Sra. Presidente, se aos textos acrescentasse as relações com a AM. 3. Relatório de execução financeira. Na execução financeira, a TSL salienta o equilíbrio orçamental, com a arrecadação de receita de mais 12% sobre o ano anterior, sendo as receitas correntes de mais 5%, com relevo para os impostos diretos (ver pág. 14 dos documentos) e as de capital com aumento de 761%. Nos débitos, em juros e outros encargos, pagaram-se 831 mil euros e nos compromissos dos contratos- programa o valor de 939 mil euros. Continuam ainda os reflexos da anterior situação financeira. E continuam as transferências de capital para a Neofutur e para a EL no valor de 1 210 mil euros. E, contudo, a CM procedeu já à liquidação das amortizações das Aguas do Algarve e da Algar. O próprio PAEL sofreu uma amortização de 656 mil euros. Em termos de investimento, o investimento municipal registou um montante de 5 023 mil euros, o que representa um acréscimo de 62% em relação ao ano anterior, sendo a execução do PPI de 78%, o que corresponde a um aumento em 50% em relação ao ano homólogo. Fizem-se obras exteriores no edifício da AM, ficando para umas calendas gregas as obras internas, relativas às instalações da AM. Por fim, o saldo de tesouraria registou o montante de 6 674 mil euros e o autofinanciamento cresceu para 8 000 euros. Nos indicadores orçamentais releva-se o Grau de cobertura global de Despesas que é de 115%. Os demais indicadores estão em linha com a situação financeira da autarquia. Os Indicadores patrimoniais situam-se na linha dos indicadores orçamentais, com realce para o indicador da Liquidez Geral que é de 6,16, quando em 2014 era só de 0,63. 4. Dívida total. Segundo as regras orçamentais e legais em vigor, a dívida total bruta da autarquia é de 46 693 mil euros, ficando o atual limite da dívida total no valor de 59 380 mil euros. 5. Análise financeira e patrimonial. O valor do ativo líquido da CM é de 259 554 mil euros, tendo aumentado em relação ao ano anterior em 7 000 mil euros. Já o total do Passivo é de 70 079 mil euros, o que apresenta um decréscimo de 12,4% em relação a 2014. O que dá aos Fundos Próprios o valor de 189 475 mil euros. 6. Resultados.



Fl. 51v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

O resultado líquido do exercício foi de 10 860 mil euros. 7. As Provisões para cobrança duvidosa são de 416 mil euros. 8. Houve uma redução no Quadro de Pessoal de 8%, isto, menos 53 funcionários/trabalhadores. Sra. Presidente da CM. Quando votámos favoravelmente o orçamento municipal para 2016, fizemo-lo depois de termos sido altamente críticos ao mesmo. Contudo, esse voto da TSL visava ajudar a consolidar a situação financeira do município, ferida profundamente por anos deficitários. As escolhas sensatas da TSL sobre os orçamentos municipais têm agora, nesta Prestação de Contas, a sua resposta, uma vez que todos os números e indicadores dão sustentabilidade à gestão municipal, permitindo, assim, doravante, iniciar-se um novo rumo e um outro ritmo na ligação da autarquia com os cidadãos. Ao votar, hoje, favoravelmente, o Relatório de Gestão e a Prestação de Contas, a TSL espera que o bom senso impere no executivo, de modo a que haja, em 2017, reversão de impostos municipais para os munícipes e que as obras reclamadas pelas populações sejam executadas, mais de acordo com a prioridade das necessidades e não segundo a lei do tempo eleitoral. A terminar a nossa intervenção, a TSL quer deixar uma mensagem de reconhecimento a todos os trabalhadores/funcionários da CM que participaram na elaboração destes documentos; documentos que orgulham uma administração municipal. Ao Sr. Vice-Presidente, a TSL estende o mesmo reconhecimento, uma vez que é através de boas chefias que se manifestam melhor os bons funcionários. À Sra. Presidente, também, a TSL deixa o mesmo reconhecimento, pois que, sem uma boa liderança não haverá boas chefias, nem bons funcionários.”-----

-----O Sr. João Luís Gomes (PS) disse que fruto do bom trabalho do atual Executivo Camarário, o Município tinha passado de uma situação de endividamento excessivo para situação com margem disponível, revelando assim uma melhoria financeira, face ao ano transato. Disse que, na opinião do PS, este é o caminho correto para um Município cada vez melhor. Terminou com o reconhecimento relativamente ao excelente trabalho desenvolvido pelo atual Executivo.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF), reconhecendo uma melhoria nas finanças do Município, disse que o problema está em como se chegou à situação do endividamento e como é que se está a chegar a uma situação de melhoria. Referiu que antes do atual Executivo ter tomado posse o PS esteve 12 anos a governar a autarquia, tendo nesse período acesso a receitas nunca antes obtidas, tendo sido essa a altura certa para que de uma forma planeada e progressiva, fazer remodelações e recuperações de equipamentos básicos e insubstituíveis para a vida da cidade, como as redes viárias, redes de água e saneamento, equipamentos públicos. Referiu que a situação de equilíbrio das contas da autarquia não se deve a uma alteração substancial da gestão estrutural da Câmara Municipal. Disse que as despesas com o pessoal, apesar de diminuir o número de funcionários, continuam a subir; o nível dos trabalhos prestados, continua a baixar. Referiu que as despesas de capital representam cerca de 19 por cento em relação às receitas totais, sendo que grande parte das mesmas, diz respeito a pagamentos de investimentos feitos no passado, pelo que não são verdadeiros investimentos colocados ao serviço das populações, ou seja, para as populações em si, sobra muito pouco. Disse que são anunciadas



algumas obras, como o arranjo da estrada de acesso à Praia da Luz, ao Vale da Lama, algumas artérias da cidade, sendo as mesmas bem-vindas, mas pecam pelo atraso, uma vez que as mesmas deveriam ter sido feitas nos anteriores mandatos autárquicos. Referiu que a melhoria das finanças municipais se deve a um aumento considerável das receitas fiscais. Disse que a melhoria das finanças do Município tem sido suportada pelas populações e pelas empresas, porque os serviços que lhes são prestados reduziram, substancialmente, de qualidade e porque as receitas provenientes dos impostos cobrados, aumentaram.-----

-----**SAÍDA DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, ausentou-se, definitivamente, da sala o seguinte Membro da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	HORA
PS	José Luís Quental Mota Vieira	23.28

-----O Sr. Fernando Marreiro (PSD) começou por destacar a qualidade da documentação enviada pela Câmara Municipal e as chamadas de atenção feitas pelos auditores, nomeadamente ao nível da consolidação do património, das empreitadas municipais e a avaliação feita relativamente às PPP. Realçou o esforço feito pela Câmara Municipal no sentido de honrar os compromissos assumidos. Destacou ainda a aprovação do PDM e da obra de requalificação da Ponte D. Maria, situações que contaram com a colaboração do Governo PSD, que, igualmente, colaborou na questão do PAEL. Disse que o passivo da Câmara Municipal se situa entre os 60 e 70 milhões de euros, pelo que o equilíbrio nas finanças municipais, deve-se às elevadas receitas que a Câmara tem e à manutenção da despesa, pelo que o reflexo no investimento é residual.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) solicitou explicação, detalhada, por parte da Câmara Municipal sobre a questão das PPP. Disse que o facto da questão do inventário do património, todos os anos ser uma das chamadas de atenção dos auditores é um sinal da má gestão.-----

-----O Sr. Carlos Glória (LCF) disse que o aumento do IMT nada tem a ver com o crescimento económico, uma vez que a construção se mantém dentro de limites muito baixos. Acrescentou que o acréscimo económico tem mais a ver com o desinvestimento e com situações em que as pessoas não conseguiram fazer a liquidação das prestações hipotecárias, o que levou a que determinados fogos tenham sido vendidos. Disse que cada vez mais se verifica casos de estrangeiros a adquirir imóveis usados e isso pode vir a causar uma descida na arrecadação de receitas, uma vez que esta situação faz com que suba as isenções a nível do IMI, pelo que perguntou se a Câmara Municipal já tinha refletido sobre isto e se estava pensada alguma alternativa para esta, previsível, quebra de receita, no futuro, sem ter que lançar mais impostos.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, disse que os Serviços Técnicos da Câmara Municipal elaboraram um bom documento. Tendo em consideração os resultados financeiros do ano de 2015, disse que todos estavam de parabéns, mesmo aqueles que não aceitavam os mesmos, uma vez que foram



Fl. 52v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

atingidos resultados, que para muitos, eram completamente inesperados. Disse que a situação financeira do Município deve continuar a ser preocupante, uma vez que o trabalho a fazer tem que ser exigente e o rigor tem que ser mantido. Referiu que os resultados obtidos não foram única e exclusivamente, fruto do aumento das receitas, uma vez que muitas medidas a nível de gestão, têm sido tomadas. Disse que a confiança por parte de todos aqueles que prestação serviços à Câmara Municipal, tinha sido retomada e isso é um fator importante, e tem efeitos financeiros, considerando mesmo uma medida de gestão. Referiu o fim do excesso do endividamento. Relativamente ao elogio à sua pessoa, disse que não os podia aceitar uma vez que quem tem que ser elogiado é o Município e a cidade, uma vez que o trabalho foi feito por todos. Referindo-se às obras dos parques de estacionamento e do novo edifício dos Paços do Concelho, disse que as mesmas não podiam ter sido feitas com autofinanciamento, pelo que atualmente, são passivos da Câmara Municipal, os quais estão devidamente assumidos. Sobre as contas feitas sobre os 3 mandatos anteriores, disse que as mesmas tinham sido feitas aquando das últimas eleições autárquicas, e não são feitas pelo Grupo Municipal LCF. Referindo-se à mencionada degradação dos equipamentos e de artérias, disse que os mesmos estão em vias de ser intervencionados. Disse que não podia concordar com a afirmação de que a prestação de serviços por parte da Câmara Municipal tinha diminuído de qualidade, e com o facto da despesa com o pessoal, apesar de cada vez ser menos, ter aumentado. Referiu que a Câmara Municipal tem falta de pessoal nos seus quadros, uma vez que estava impedida de contratar, mas a situação alterou-se e iam ser abertos concursos para contratação de pessoal. Disse que a Câmara teve mais meio milhão de euros proveniente de receita referente ao IMI, porque em 2015 terminaram isenções, sendo que o grande volume do aumento de receitas diz respeito ao IMT, na sequência da retoma do mercado imobiliário. Referiu que a maior parte das casas que estão a ser vendidas não são casas entregues à banca. Em relação à intervenção do PSD disse que o mesmo também ajudou, enquanto oposição, nos resultados obtidos. Disse que ainda estavam a ser pagos empréstimos contraídos pela Câmara Municipal, governada na altura pelo PSD, mas se os mesmos foram contraídos é porque houve necessidade de o fazer. Sobre as PPP disse que as mesmas já estão assumidas e que o inventário do património é um processo que está em curso.

-----O Sr. José Valentim (PSD) disse que no exercício das funções de Presidente da Câmara Municipal de Lagos, contraiu empréstimos bancários, do que se lembra bem foi do que esteve relacionado com o da ETAR de Lagos, obra de indiscutível relevância municipal. Salientou que todo este sistema da ETAR de Lagos, foi vendido pelo PS, do qual obteve receitas que duplicaram, ou triplicaram, o investimento inicial, o que prova bem o alcance da gestão e o interesse do investimento. Disse que o Sr. Vice-Presidente é um jovem promissor e vê com satisfação que o mesmo afirme que Lagos está a crescer, tendo referido que Lagos pode estar a crescer, mas não estar a desenvolver-se, dado que crescimento não significa desenvolvimento. Ora o perigo pode ser estarmos a viver uma nova bolha imobiliária, modelo que deixou o País numa situação de grande fragilidade. A



concluir disse que este não deve ser o modelo de crescimento de Lagos, tendo para o efeito sugerido um amplo debate público sobre tal matéria. Relativamente à gestão criticou a ausência real e efetiva da reorganização e reestruturação de Serviços. A redução do pessoal é fruto do acordo entre as partes com a atribuição de indemnizações, ou seja, despedimentos negociados, portanto o anunciado equilíbrio financeiro, fica a dever-se mais a esta situação e também pelo aumento das receitas, fruto do mérito dos agentes económicos e nem tanto pelas medidas estruturais adotadas pela Câmara Municipal. Acrescentou ainda a falta de uma palavra nova sobre a estratégia para o futuro. Em relação aos números não coloca dúvidas, o mesmo não acontece no eu se refere às opções de gestão e a baixa percentagem da concretização do Plano. Do ponto de vista do PSD a relação do benefício/custo, existe um deficit em desfavor dos lacobrigenses, dado o aumento significativo das receitas sem o correspondente retorno visível na qualidade de vida e bem-estar. Reconheceu o esforço por parte da Câmara Municipal, no sentido de honrar os compromissos assumidos, dignificando assim o Poder Local. Disse que o PAEL - Plano de Apoio à Economia Local, é um sofisma, porquanto não passou de um Plano de ajuda financeira do Governo, às Câmaras Municipais que estavam, excessivamente, endividadas, ou seja, foi para as autarquias pagarem dívidas contraídas irresponsavelmente. No fundo o PAEL foi uma Troika para as Câmaras Municipais.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse que não estava à espera que os parques de estacionamento fossem pagos no momento da sua execução, uma vez que participou, como cidadão, nas sessões de esclarecimento promovidas sobre o assunto e tinha essa consciência. Referiu que nas sessões referidas foram omitidos os estudos económicos existentes, assim como não foi dado a conhecer o plano de financiamento. Disse que a indicação que era dada em relação ao assunto parques de estacionamento, era a de que eles se pagariam a si mesmos. Referiu que o facto de o povo ter dado o Poder, novamente, ao PS, não impede que os outros eleitos chamem à atenção. Disse que continua a sentir-se a falta de informação por parte da Câmara Municipal, à Assembleia Municipal, sobre o que se assa ao nível da gestão da Câmara. Referiu que, na sua opinião, os Serviços prestados pela Câmara Municipal baixaram de qualidade, mas isso não significa que os funcionários prestem um pior serviço, acrescentando que os funcionários da Câmara Municipal são dedicados e bons funcionários. Disse que o OS, há uns anos tinha o slogan “não mais do mesmo”, mas parece que está tudo na mesma.-----

-----Posto isto foi submetida à votação os **DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTE AO ANO 2015**, que obteve o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDU	TSL	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	11	0	0	3	1	0	15
ABSTENÇÕES	0	4	3	0	0	1	8
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0

-----Não participou nesta votação por estar ausente da Sala o Sr. Rui Araújo (PSD).-

-----Seguidamente foi submetido à votação o **RELATÓRIO DE GESTÃO E**



Fl. 53v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS REFERENTE AO ANO 2015, que obteve o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDU	TSL	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	11	0	0	3	1	0	15
ABSTENÇÕES	0	4	3	0	0	1	8
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0

-----Não participou nesta votação por estar ausente da Sala o Sr. Rui Araújo (PSD).-

-----**DELIBERAÇÃO N.º 36/AM/2016:**

-----**Deliberado**, por maioria, aprovar os Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão da Câmara Municipal de Lagos referentes ao ano de 2015, nos termos consignados na alínea l) do n.º 2 do Artigo 25.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais e conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 20 de abril de 2016.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Reunião.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Reunião, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.----

-----**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** Assim o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), após consulta à Assembleia, declarou interrompida a Sessão, para continuação no dia 9 de maio de 2016, às 20.30 horas, hora regimental, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho, no Ponto 4 da Ordem do Dia, tendo, eram 0 horas e 28 minutos, da madrugada do dia 3 de maio de 2016, declarado encerrada esta Reunião.-----

-----Da qual, para constar, foi extraída a presente Ata que eu, Ana Margarida de Passos Águas Bento e Barros Martins (LCF), Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado.-----

.....
.....